

**“O QUE FALTA AO PIAUÍ PARA QUE ELE PARTICIPE DO
DESENVOLVIMENTO NACIONAL?” PRETENSÕES
MODERNIZADORAS E INTEGRAÇÃO NACIONAL (1968-1975)**

Jônatas Lincoln Rocha Franco¹
Universidade Federal do Piauí
E-mail: lincoln13-franco@hotmail.com

RESUMO: Este artigo toma a cidade de Teresina (PI) enquanto palco privilegiado das ações governamentais, concatenando com os ideais desenvolvimentistas em curso no Brasil da década de 1970. O proclamado processo de modernização, difundido principalmente pela *persona* do então governador Alberto Tavares Silva (1971-1974), amalgamado com os diferentes projetos que visavam uma possível integração nacional, passam a ser problematizados visando a laboração de um entendimento sobre as consequências dessas intervenções literais, simbólicas e discursivas no cotidiano da cidade. Como fontes privilegiadas tomaremos jornais de ampla circulação como *O Dia* (PI), *O Estado* (PI) e *o Correio da Manhã* (RJ). Teórica e metodologicamente o trabalho se respalda em autores como: Paul Veyne (1995), Cornelius Castoriadis (1995), Michel de Certeau (1994), Helena H. Brandão (2004), Rodrigo Patto Sá Mota (2014), Tânia Regina De Luca (2008).

PALAVRAS-CHAVE: História. Cidade. Desenvolvimentismo. Modernização.

**O PIAUÍ NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE
MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL**

A palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela pluralência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes (BRANDÃO, 2004, p.9).

Para estabelecermos significados as práticas discursivas que nos rodeiam, é necessário que partamos de pressupostos e entendimentos construídos ao longo de décadas por intelectuais de diferentes áreas do conhecimento. O primeiro deles é que o discurso é uma instância da linguagem e que se encontra entre os elementos linguísticos e extralinguísticos. O nosso exercício é perceber as ligações entre o texto e as condições sócio-históricas que possibilitaram a sua produção, pois é essa operação que permite que construamos significações a tais práticas discursivas (BRANDÃO, 2004, p.11).

¹ Acadêmico do programa de pós-graduação em História do Brasil, PPGHB-UFPI, Bolsista CAPES-CNPQ.

Para melhor tecer o enredo, apontamos de forma inicial que a produção de narrativas históricas em confluência com outras ciências como a Linguística e a Comunicação só se torna praticável uma vez que, para a disciplina histórica, não se configura de maneira natural as articulações entre o sujeito e o seu objeto. A operação de escrita da história não obedece a condições gerais de estudo previamente estabelecidas, como em outras ciências. É, contudo, a partir das necessidades e questionamentos de cada tempo, que os historiadores exercem sua liberdade de escolher e recortar suas fontes e objetos, a fim de obter os indícios que o auxiliarão na fabricação de sua trama (FONSECA, VARGAS, 2012, p.22).

Estabelecendo uma vinculação com os debates epistemológicos em que se encontra o objeto de pesquisa, o presente texto busca analisar as práticas discursivas da imprensa teresinense no início da década de 1970, mais especificamente no recorte temporal em que o estado do Piauí era governado por Alberto Silva (1971-1975). Esse recorte e objeto são tomados enquanto pretextos para refletirmos sobre como, historicamente, a produção da imprensa serviu para laborar significados nas mais variadas dimensões do cotidiano (CERTEAU, 1994).

As cidades arquitetadas através dessas produções discursivas parecem ganhar vida a cada página virada dos amarelados jornais da época. Vislumbra-las pelas lentes de quem escrevia esses periódicos é um exercício convidativo e também provocativo, levando em consideração que tais práticas discursivas podem ser compreendidas enquanto representações. Partimos do entendimento que os escritos sobre política, cultura, arte, cidade são representações, ou seja, “são discursos que se colocam no lugar da coisa acontecida. Correspondem a elaborações mentais que expressam o mundo vivido e que mesmo se substituem a ele.” (CHARTIER, 2002).

Analisar a atuação de figuras como Alberto Silva tanto quanto os discursos construídos sobre esses sujeitos publicados em periódicos da época, é um exercício imprescindível para entender um dos porquês de o conceito de moderno circular no imaginário político e social da época. A própria imagem do governador se imbricava com a faceta modernizadora que supostamente caracterizaria a sua gestão a partir de 1971, o mesmo desejava ser visto como um indivíduo que havia rompido com as práticas políticas e econômicas dos atores sociais que o haviam precedido, ao “assumir-se como *novo* em

oposição ao *antigo* no cenário local” (FONTINELES, 2016, p.13), Alberto Silva se colocava nessa posição, favorecido pela junção do que se convencionou conceituar de “Milagre Econômico Brasileiro” e todos os demais elementos políticos e culturais que contribuíram em sua busca de se fazer durar na memória e na história do Piauí (FONTINELES, 2009).

“O que falta ao Piauí para que ele participe do desenvolvimento nacional?”. Esse foi o questionamento feito a época ao futuro governador do Piauí, Alberto Tavares Silva no “Debate em Painel”, veiculado na TV-Rio, em março de 1971, um programa de entrevistas que buscava debater “os principais problemas da realidade brasileira”. Essa entrevista também foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Nela, Alberto Silva, aponta áreas que teriam que passar por investimentos para que o Piauí fosse integrado ao desenvolvimento nacional, eram elas: rodovias, energia, indústria, investimento de empresários de outros estados e educação. Indagado sobre o que faltava ao Piauí para que entrasse na rota do desenvolvimento o futuro governador apontou que:

- O Governo Federal, depois da Revolução, já fez muito para sanar os principais problemas. E vem encarando de frente outros, prometendo expandir os setores energéticos e viários. Contamos com as estradas Teresina-Fortaleza; Teresina-Picos; Teresina-Florianópolis e Teresina-Parnaíba. Rasga-se, agora, a Transamazônica em várias frentes: Picos-João Pessoa; Picos-Recife e Picos-Oeiras-Florianópolis. Com essas rodovias, o Piauí tem caminho aberto para o Nordeste e para o Norte. Mas precisamos também de uma porta para o Sul. Daí o interesse em sugerir uma longitudinal, que passaria por Florianópolis-Bertolínia-Parnaíba, ligando-se, depois, com Barreiras na Bahia, tornando-se fácil o acesso a Salvador, Rio, São Paulo, Brasília. (CORREIO DA MANHÃ, 11 de março de 1971, p.6).

Próximo de assumir o mandato, Alberto Silva analisou o que alegadamente vinha sendo feito pelo governo federal após a “Revolução” em prol da política de integração nacional e como o Piauí poderia tirar proveito dessas práticas para se aproximar das demais unidades da federação. O perfil de engenheiro apresenta-se no discurso do escolhido para governar o estado². As palavras de Alberto Silva apontavam conhecimento de causa sobre os setores que passavam por investimento, com destaque para os ramos energéticos e viários. Indicava a Transamazônica como o principal elo de junção do Nordeste com o Norte e mais do que isso, assinalava possibilidades futuras de grandes

² Para ver mais: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonâncias na história. *MÉTIS: história & cultura* – v. 15, n. 30, p. 111-127, jul./dez. 2016

construções no setor viário, sempre aliado com os “ideais da revolução”, como pode ser observado a seguir.

Pessoalmente, procuro seguir, na medida do possível, o exemplo do Presidente Médici: assim como ele tudo faz para estender a todos os brasileiros as possibilidades de usufruir uma vida melhor, também eu procuro, guardada as devidas proporções, criar condições para que todos os piauienses participem, efetivamente, dos benefícios que a civilização moderna nos proporciona. Alberto Silva (O ESTADO, 4 de julho de 1971, p.6).

Na página 6 do jornal piauiense *O Estado*, o leitor se depara com uma manchete que afirmava que uma das principais medidas do novo governador seria aumentar as rendas dos cidadãos piauienses; a narrativa que se segue, com uma fotografia de Alberto Silva na ponta esquerda do editorial, detalha um conjunto de planos e metas que fariam com que o Piauí, finalmente, entrasse nos trilhos do desenvolvimento. A matéria se inicia com um extenso texto que louvava todo o apoio que o chefe do poder executivo local vinha recebendo do governo federal para que pudesse pôr em prática o que ele orgulhosamente chama de “mais uma missão em sua carreira profissional”: “posso dizer que o objetivo central do meu governo consiste na conquista da elevação da renda ‘per capita’ do povo piauiense e todas as medidas constantes do meu plano de governo visam atingir essa meta fundamental” (O ESTADO, 4 de julho de 1971, p.6).

O agora governador Alberto Silva, fazendo um balanço dos seus três primeiros meses de governo, destaca que, o então presidente da república, Emílio Garrastazu Médici, o apoiara incondicionalmente, afirmando que tal suporte não se dava apenas por “boas vontades” ou “simplesmente uma política paternalista”, mas sim pela “determinação presidencial de proporcionar a todos os Estados, a todos os brasileiros, a conquista dos benefícios, resultantes do desenvolvimento econômico” (O ESTADO, 4 de julho de 1971, p.6).

É se inspirando na “determinação política do presidente Médici”, que Alberto Silva passou a executar um amplo conjunto de obras no Piauí, em especial na cidade de Teresina, com a intenção de inserir o estado na lógica desenvolvimentista do modelo brasileiro da época: a capital passaria a ser, no imaginário da elite política piauiense, um espaço que irradiava os desejos de desenvolvimentismo e progresso. Os ideais de modernidade rondavam o imaginário de parcelas da população brasileira desde o final da década de 1950. A ambição por um estado desenvolvido e que caminhasse rumo ao

progresso não se iniciara a partir da atuação do governador Alberto Silva nos anos 1970, no tocante ao Piauí, ou nas figuras dos governos ditatoriais de Humberto de Alencar Castelo Branco ou Emílio Garrastazu Médici, no que se refere a Brasil. Desde finais do século XIX as cidades foram sendo paulatinamente pensadas enquanto parte de um discurso e práticas que as ordenavam para significarem “um ícone de modernidade” com a missão de “desempenhar um papel de polo irradiador de cultura, status e distinção em grau jamais pensado anteriormente” (QUEIROZ, 2006, p.25).

Com Teresina não foi diferente, a cidade nasceu sob o signo do moderno. Entendendo aqui o conceito de modernidade enquanto uma tomada de consciência de uma ruptura com o passado. Dessa maneira, a transferência da capital de Oeiras para Teresina “visava colocar a Província do Piauí mais próxima do mundo” (NASCIMENTO, 2011, p.1). Partindo desse pressuposto, podem ser observados em diferentes momentos da história da capital piauiense desde sua fundação em 1852, até o recorte temporal por nós investigado, tentativas de incluir a cidade e o estado nos caminhos do desenvolvimento.

Entre os anos de 1930 até meados da década de 1980, é possível perceber o protagonismo do Estado na expansão das forças produtivas durante regimes que oscilaram entre autoritários e democráticos, criando um modelo de organização hierarquizada, inclusive no que diz respeito as fronteiras e formatos territoriais. As cidades fizeram nesse cenário o papel de “enclaves iniciais da modernidade” (NASCIMENTO, 2015, p.138). Não obstante, é necessário que se destaque, o contexto específico da década de 1970, localizando historicamente tais acontecimentos, bem como os elementos internos e externos que proporcionaram a inserção no imaginário social de um discurso desenvolvimentista. Sublinho que as narrativas em torno desse ideal voltam a tomar conta de partes do país nos anos finais da década de 1960:

Em um contexto internacional favorável, marcado pela expansão acelerada do comércio internacional e pela disponibilidade de capitais para investimento e financiamento, o que não se repetiria nas décadas seguintes, e apoiado por um conjunto de medidas e incentivos estatais, o capitalismo brasileiro avançava agora com botas de sete léguas na linha ascendente inaugurada em 1967 (REIS FILHO, 2014, p.79).

Partindo da proposição que indica esse protagonismo do Estado na elaboração de modelos de desenvolvimento das cidades, é manifesto a ação de sujeitos históricos que

surtem no meio de uma complexa trama. Refletir sobre os processos de modernização ou o que os jornais da época classificavam como “modelo de desenvolvimento nacional” passa necessariamente, como aponta Reis Filho, pela filtragem das conjunturas políticas e econômicas em âmbitos nacionais e internacionais, bem como dos atores que fizeram parte desse enredo.

Pode ser constatado, a partir da análise dos editoriais publicados nos jornais com circulação em Teresina, uma considerável repercussão das transformações vivenciadas pela cidade e pelo estado do Piauí, proeminentemente na primeira metade da década de 1970. Esse traço dos periódicos é verificado a partir de reportagens que louvavam um “progresso” que o Piauí passara durante esse período.

Os piauienses, eufóricos, afirmam que chegou a hora e a vez de seu Estado. E apontam numerosos fatos comprovadores disso. O mais recente: a Universidade do Piauí que foi estruturada igualzinha à de Brasília.

- E é com satisfação que digo que o Ministro Jarbas Passarinho cumpriu o que prometeu: deu ao Piauí uma Universidade em tudo por tudo semelhante à de Brasília. E deu mais: uma equipe técnica constituída de elementos de gabarito, o mais alto, saídos da Universidade de Brasília e do próprio MEC, a fim de tornar a Universidade do Piauí uma realidade verdadeira, funcionando plenamente em todos os seus departamentos, e não ficando, apenas, no papel. E ainda: deu a Universidade do Piauí o mais jovem reitor do País: o professor Elcio Uchoa Saraiva, decano da UNB, PHD e formado pela Universidade de Wisconsin, o qual fará, com sua inteligência, sua juventude de apenas 29 anos e sua extraordinária equipe técnica da Universidade do Nordeste.

E na mesma ordem de ideias, o Governador Alberto Silva fala do Projeto Piauí, um projeto de desenvolvimento apoiado na própria Universidade do Piauí, o qual será efetivado sob a direção do antropologista Prof. João Ribeiro Moreira de Sousa. Esse cientista contará com a colaboração de 25 técnicos de diversas especialidades. Será um projeto dinâmico, que se propõe a desenvolver o Estado segundo o modelo brasileiro, dentro da tese de participação global. Essa será uma experiência destinada a inovar o Piauí (O ESTADO, 4 de julho de 1971, p.6).

A “euforia” que o jornalista afirmava tomar conta de parcelas da sociedade piauiense era resultante de um conjunto de obras empreendidas em todo o estado, mas, em especial, na cidade de Teresina que tinha sido escolhida enquanto um lugar privilegiado para simbolizar o imaginário desenvolvimentista supostamente presente na época. Cabe ressaltar, como nos mostra Maurice Mouillaud (2002), que as práticas discursivas contidas nos jornais, não se encontram de maneira aleatória ou “soltas no espaço”. Grande parte dos discursos veiculados na imprensa, no caso específico no jornal impresso, que circulava em sua materialidade pela cidade, estariam envolvidos no que Mouillaud chamaria de “dispositivo” que, por sua vez, não é uma simples entidade

técnica, estranha ao sentido (MOUILLAUD, 2002, p.29). Ou seja, os discursos que evidenciavam o aparente desenvolvimentismo no Piauí estariam ligados a um conjunto de desejos e práticas modernizadoras que rodeavam o imaginário político do Brasil na época³.

Tal compreensão se apresenta a partir da análise da reportagem/fonte. O jornalista expressa um entusiasmo por parte dos piauienses em poder receber uma universidade que tinha sua estrutura “igualzinha à de Brasília”. Tal fragmento é simbólico para contribuir na percepção de um, entre os mais diferentes elementos que compunham o imaginário desenvolvimentista vigente no Brasil da época: a criação de Universidades Federais que notabilizariam essa face modernizadora dos governos militares. Durante a década de 1960 “era forte e sedutor o apelo pelo desenvolvimento e modernização” (MOTTA, 2014) e o regime político que se estabeleceu no país após o golpe de 1964 serviu-se disso para compor um plano de governo que persuadiria consideráveis parcelas da sociedade civil a sustentá-lo.

Na continuação da reportagem há um enaltecimento ao fato de o ministro Jarbas Passarinho ter “cumprido a promessa” feita em meados dos anos 1970: construir em território piauiense uma Universidade Federal. Tal promessa havia sido realizada e está documentada em reportagens de jornais publicados em outras unidades da federação. A satisfação do repórter continua ao lembrar que, para o melhor prosseguimento das atividades no campus, o corpo de professores seria construído por uma equipe técnica “de elementos de gabarito, o mais alto, saídos da Universidade de Brasília”. Esse é um traço intrigante nos entremeios da prática discursiva que está sendo erigida na reportagem: era uma constante na época o desejo de preencher os cargos públicos, incluindo cargos políticos, com “perfil técnico”.

A parte final da reportagem, fecha o círculo discursivo atrelando a construção da Universidade no Piauí com a força política de Alberto Tavares Silva. Para o jornalista, as ideias do governador estariam alinhadas “na mesma ordem” desenvolvimentista. A Universidade seria um dos motores que faria girar a roda do desenvolvimento no Piauí. O dinamismo contido no “projeto Piauí” chefiado pela *persona* do governador,

³ O conceito de imaginário que tem sido empregado é uma apropriação da noção desenvolvida por Cornelius Castoriadis. Para ver mais: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995 (3ª. edição).

encontrava-se afinado com um modelo brasileiro de desenvolvimento do estado, e “dentro da tese de participação global,” e tais experiências “inovariam o Piauí”, trazendo enfim a modernização prometida.

Esse “estar dentro da tese de participação global” pode ser interpretado a partir de uma análise mais ampla de conjuntura. Patto Sá Motta (2014) assinala que esse apelo modernizador e desenvolvimentista seria uma pauta de grande impacto internacional: “Os diplomatas americanos pressionavam seus aliados brasileiros para a adoção de políticas modernizadoras, e sua influência era marcante, sobretudo porque vinha acompanhada dos recursos e financiamentos de que o novo governo necessitava desesperadamente” (MOTTA, 2014, p.64). Há aqui, em nosso entendimento, um dos indícios que nos auxiliam tecer os fios em nossa trama: o crescimento econômico que aparentemente sobreveio ao Piauí transcende, pelo menos em um primeiro momento, as relações conjunturais das forças políticas locais e se articulam com um ideal desenvolvimentista e modernizador, frutos de uma determinada ordem de tempo.

Esse ideal desenvolvimentista, que teria seu auge em meados da década de 1970, nasceu no Brasil em uma temporalidade anterior ao recorte da atual pesquisa. Desde os anos 1950 o país passou por ondas de crescimento em diversos setores, desde um avanço no consumo, o que proporcionara uma formação de uma cultura de consumo (FIGUEIREDO, 1998), até “melhorias” mais palpáveis, visíveis principalmente na “urbanização, na expansão de indústrias e aumento demográfico” (MOTTA, 2014, p.64). A historiadora Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo (1998) aponta que, desde meados de 1954 até o golpe de 31 de março de 1964, foi estruturado a partir de inúmeros signos, um imaginário desenvolvimentista no Brasil que tem como uma de suas principais características o desejo pela modernidade, pelo que é novo, inédito. Tudo ia se associando a ideia de progresso.

O regime político ditatorial vigente no país na época aproveitou-se disso para construir um ideal nacional. Segundo esse ideal, o Brasil só alcançaria o progresso se desenvolvendo de maneira relativamente uniforme. Cabe ressaltar dois aspectos: o primeiro é que há um retorno, na década de 1970, de um projeto nacional estatista que, em síntese, pode ser compreendido enquanto a grande presença do Estado no incremento de políticas econômicas para o avanço do País. O segundo é que a expectativa de

modernização, que pode ser aqui concebida enquanto um ideal, só seria concretizada a partir do desenvolvimento de todas as regiões e uma condição indispensável para que tal desejo fosse efetivado seria a transição de uma economia agrária para uma industrial.

Com base nas empresas estatais e nos capitais privados nacionais e estrangeiros, formou-se uma aliança de interesses análoga à que se construiu sob o governo presidido por JK, na segunda metade dos anos 1950. Nessas combinações, o poder público aparecia, em todos os setores, como que hipertrofiado – no crédito, nas finanças, nos investimentos, na infraestrutura, nas exportações. O país, comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista (REIS FILHO, 2014, p.81).

Mais um fio é tecido em nossa trama. O Estado exerceu papel de destaque nesse período enquanto uma força produtiva que estimulava o desenvolvimento. Daniel Arão Reis (2014) aponta para um certo contentamento que vai tomando conta de partes da sociedade brasileira, precisamente pelas informações propagandeadas pelos órgãos de governo de que o País era um “imenso canteiro de obras”. O Piauí não ficaria de fora desse “processo”, como pode ser observado na reportagem a seguir veiculada em um outro jornal de ampla circulação em Teresina em 1972, *O Dia*:

Ao inaugurar os primeiros 37 quilômetros da rodovia do Babaçu que ligava Teresina por via asfáltica as cidades de Barras, Esperantina, Joaquim Pires, Luzilândia e Batalha, o diretor do departamento de Estrada de rodagem afirmou que a conclusão daquele trecho significa a resposta ao desafio lançado pelo governador Alberto Silva em pavimentar durante o seu governo 1000 quilômetros de estradas estaduais. Em todos os pontos do Piauí, e a próxima ligação de Teresina a Gilbués é a maior prova, estão presentes homens e máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem um esforço dos órgãos do Executivo estadual. Entregue em tempo recorde, o primeiro trecho da rodovia de José de Freitas denota uma nova dinâmica na programação do órgão se for considerado que o atual governo se preocupa em formar uma malha rodoviária para o Piauí a altura dos seus anseios de Estado que se levanta para os caminhos do desenvolvimento (O DIA. 1, 2, 3 de janeiro de 1972).

A reportagem pode ser examinada a partir de conexões com as demais características dessa face modernizadora que pretendia produzir uma identidade para o país nesse extrato temporal. Se anteriormente pontuamos a implantação da Universidade Federal no Piauí enquanto um dos elementos nesse processo, agora elegemos as construções urbanísticas como avenidas, vias asfálticas que ligavam o centro administrativo do estado a outros municípios que possuíam potencial econômico no Piauí, como um outro traço que favoreceria a idealização desse fetiche moderno.

Fazendo um exercício de correlação de tempos históricos pode-se se verificar que a prática de “encurtar as distâncias” se tornara, uma vez mais, símbolo da modernização como já havia sido na década de 1930. O jornalista detalha todo um plano de trabalho do Departamento de Estradas e Rodagem (DER). A inauguração da estrada que ligaria a capital Teresina aos demais municípios do Piauí fazia parte de uma proposta do governador de pavimentar cerca de 1000 quilômetros de rodovias estaduais. É importante notabilizar a grandiloquência das propostas de Alberto Silva. Concatenando-as, entretanto, com as práticas desenvolvimentistas a nível nacional.

Esse vínculo pode ser identificado ao analisarmos o Plano de Integração Nacional (PIN) tornado oficial através do Decreto de Lei que entrou em vigor em 16 de junho de 1970. O Decreto é um prenúncio que consolida nossas análises. O plano governamental estabelecido pelo então presidente general Emílio Garrastazu Médici tinha um claro objetivo: ampliar as obras de infraestrutura urbanas no Nordeste e no Norte do país visando um maior crescimento econômico e social dessas regiões, como pode ser observado a seguir:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, DECRETA:

Art. 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional (Vide Decreto-lei nº 1.243, de 1972).

Essa nova dinâmica de trabalho que estaria acontecendo no Piauí, ao nosso ver, encontrava-se articulada com os desejos de integração nacional e os ideais desenvolvimentistas. O artigo primeiro do Decreto de Lei 1.106 aponta para um maciço investimento financeiro durante os anos de 1971-1974. E os propósitos do Decreto eram específicos: “financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional”. Tal desígnio é um indício que deve ser levado em consideração na

composição argumentativa do texto pois uma das áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – (SUDENE), era exatamente o estado do Piauí.

Voltemos então a reportagem do jornal *O Dia*, com destaque para trecho em que se salientou essas novas dinâmicas de atuação do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), com entregas em tempo recorde, e atribuindo ao governo do Estado os desejos de estruturar uma malha rodoviária e levar o Piauí para “os caminhos do desenvolvimento”. Essas ações podem ser interpretadas enquanto uma apropriação discursiva de uma política pública de cunho nacional para o fortalecimento de uma imagem política no âmbito local.

O espaço urbano teresinense passa a ser mais uma vez palco desses processos de modernização⁴. Assim funcionaria a cidade: um lugar de apropriações humanas, com o intento de transformá-la a partir de um conjunto de desejos e necessidades. O lugar-cidade seria um objeto de mutações e intervenções, “ela seria ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade” (CERTEAU, 2012, p.161). E as representações do urbano veiculados nos jornais de ampla circulação favoreceram a formação de um imaginário desenvolvimentista que, segundo Pesavento (2007), “tais representações foram e são capazes de se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos” (PESAVENTO, 2007, p.11).

Nos direcionando para a conclusão do presente tópico, consideremos alguns elementos. O primeiro é que o estado do Piauí – representado especialmente pela cidade de Teresina - efetivamente passou nesse período por uma fase de renovação estética, a partir de diversas frentes de trabalho geridas pela figura do engenheiro governador Alberto Tavares Silva:

O resultado desse processo foi visto de imediato pela sociedade teresinense que percebeu o crescimento cada vez maior da cidade através de tais medidas e da promoção de um desenvolvimento via implantação de algumas reformas infra estruturais na cidade, tais como a ampliação da rede de iluminação pública, a partir da inauguração da barragem de Boa Esperança, o incremento do sistema de Telecomunicações que ligou, de forma mais intensa, o Piauí e a capital ao restante das demais regiões do Brasil. Ou seja, Teresina ganhava, para sua população, um ar de cidade que caminhava para o progresso (SANTANNA, 2008, p.21).

⁴ Para se ter uma maior compreensão sobre os processos de modernização nas cidades ver: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

O segundo aspecto a ser destacado é que o discurso desse “saldo desenvolvimentista” no Estado do Piauí no início da década de 1970 foi propalado como uma marca do trabalho do governador e um traço da imprensa de ampla circulação do período.

Teresina era encarada como o centro irradiador das iniciativas governamentais, funcionando, assim, como ocorria em outras capitais brasileiras e mundiais, como uma espécie de filtro e de caixa de ressonância, simultaneamente, por meio da qual os modelos administrativos e sociais eram captados e emitidos para os outros municípios (FONTINELES, 2009, p.141).

Outra característica que merece ênfase é justamente o exercício de destacar todo esse processo de “modernização” da cidade pela imprensa⁵. Os periódicos de ampla circulação, com destaque para os escolhidos para análise no presente texto, assumem um papel de avultar as inúmeras obras em que a cidade estava passando e as transformações no cotidiano dos sujeitos a partir desses acontecimentos.

Tendo como base as discussões de Van Dijk (2008) consideramos as reportagens que eram veiculadas nesses jornais como uma forma de reprodução de práticas discursivas, especialmente no que se trata de sua produção material, suas articulações, seus meios de distribuição e suas influências que se relacionam de maneira equivalente na presente pesquisa com os jornais impressos, as relações com as dimensões políticas e econômicas a nível nacional, as leituras dessas práticas jornalísticas e a formação de um imaginário desenvolvimentista no Piauí e no Brasil.

AMARRANDO OS FIOS DA TRAMA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente por meio da comunicação e do discurso (DIJK, 2008, p.43).

⁵ Sobre a relação entre história e imprensa ver: CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN. **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

Nos direcionando para as considerações finais do texto refletindo sobre as enunciações discursivas contidas nas reportagens aqui analisadas. Van Dijk (2008) indica que há grupos de sujeitos que detém o poder de produção de articulações discursivas. Esse grupo é conceituado por ele, a partir de uma releitura de Bourdieu, enquanto uma “elite simbólica” e exercem esse poder a partir de determinadas bases simbólicas.

Entende-se que toda a produção histórica é filiada ao seu tempo. Os historiadores são movidos por questionamentos de seu próprio tempo. Partindo disso, um aspecto que atravessou o texto é o fato de que as elaborações dos enunciados de progresso e modernização que produziram um imaginário desenvolvimentista no Brasil, na primeira metade da década de 1970, obedecia a interesses externos. A ideologia pode ser percebida implícita ou explicitamente nessas práticas discursivas.

Entende-se por hora que os interesses modernizadores, para serem postos em prática, recorrem a um amplo conjunto de instrumentos que possibilitam a efetivação dos seus projetos, no caso específico da década de 1970, e possivelmente nos dias atuais, satisfazem a interesses estrangeiros. Esses processos não são originários do Brasil e essas articulações não são naturais. Eles são imposições políticas, econômicas, culturais e sociais que precisam ser analisadas e compreendidas. Nossa função é sistematizar um conjunto de sentidos a essas práticas discursivas.

Podemos constatar ainda, através da análise desses discursos, indícios que os jornais de ampla circulação em Teresina colaboraram no processo de cristalização na memória e na história recente do Piauí, através de suas reportagens e editoriais que louvavam um presumível desenvolvimento que chegou com o advento da ditadura militar, notabilizado no processo de modernização que a cidade passara na gestão do governador Alberto Silva (1971-1975), tal figura ainda hoje é lembrado enquanto um engenheiro da política, que inseriu o estado nas rotas do desenvolvimento. Consideramos que, as práticas discursivas da imprensa, serviram a esse intento.

Cabe destacar aqui que os jornais teresinenses da década de 1970 podem ser considerados espaços de demarcações de territórios. Era claramente demarcado um recinto de apoio tanto ao regime político ditatorial em âmbito local, quanto nacional. Analisamos reportagens que louvavam a capacidade de construção e de gestão do então governador piauiense Alberto Silva, e como isso era refletido enquanto um apoio de

parcelas numerosas da sociedade civil ao regime político estabelecido no país desde a década de 1960.

Por fim, entendemos que tal pesquisa se torna relevante para os anseios da comunidade acadêmica, assim como da sociedade em geral que se vê cada dia mais cercada pelo poder e influência que os veículos de comunicação, nos seus mais diferentes meios, detêm. Os desafios epistemológicos que cercam as produções historiográficas sobre a temática, tendo a imprensa enquanto fonte e objeto de estudos, não podem ser vistos enquanto empecilhos, mas como uma provocação que nos instigue a produzir um conhecimento que ofereça respostas, mesmo que paliativas e passageiras, sobre nosso presente, e como chegamos até ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ed., 2001.

BRANDÃO, Helena Hathsue Negamine. **Introdução à análise do discurso**. – 2º ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995 (3ª. edição).

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer, 10. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

CHAUVEAU, AGNÈS. **Questões para a história do tempo presente**. – Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incerteza e inquietudes. Tradução: Patrícia Chottoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **História do Tempo Presente**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (**Fontes históricas** Org.). 2.ed., 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2009.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonâncias na história. **MÉTIS: história & cultura** – v. 15, n. 30, p. 111-127, jul./dez. 2016.

FONSECA. André Azevedo da. VARGAS. Raul Hernando Osorio. Fato, trama e narrativa: um diálogo entre o Jornalismo e a Historiografia. **Líbero** – São Paulo – v. 15, n. 29, p. 21-32, jun. de 2012.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “**Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada**”. Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. (1954-1964). São Paulo: HUCITEC/USP. 1998.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 3 vols.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Oeiras nos rastros do cometa. IN: BOTELHO, Denílson. (Org.) **História e Cultura Urbana**: a cidade como arena de conflitos. – Rio de Janeiro: Multifoco/Edufpi, 2015.

NASCIMENTO. Francisco de Alcides. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência em Teresina (1937-1945). 2- ed – Teresina: EDUFPI, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO: Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. IN: CIDADES. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol.27, n°53, jan.-jun., 2007.

PORTO, Sérgio Daryell. O Jornal da forma ao sentido. MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In.: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Daryell (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002.

REIS FILHO, Daniel Arão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à constituição de 1988. – 1º. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014

RÉMOND. René. **Por uma história política**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Discursos, desejos e tramas**: O comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História do Brasil. Teresina, 2008.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. UnB, Brasília, 1995

FONTES

“Piauí, uma porta para o sul descobrir riquezas”. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 5º feira, 11 de março de 1971.

IX Caderno Norte-Nordeste. **Correio da Manhã** – Rio de Janeiro, 6º feira, 18 de setembro de 1970.

“DER aceita o desafio de e começa a asfaltar o Piauí”. **O Dia**. 1, 2, 3 de janeiro de 1972. Diretor responsável: Volmar Miranda.

MATOS. J. Miguel de. “O aumento da renda per capita é o objetivo do governo Alberto Silva” – **O Estado**, Teresina, Domingo, 4 de julho de 1971. 2º caderno, p.6.

Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> . Acessado em 26 nov. 2018.

MASCARENHAS, Lícia. NETO, Sydenham Lourenço. Verbetes temático – **Sudene** – Acervo de Dicionários do CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo> Acessado em 24 nov. 2018.